

Geração de emprego, renda e política de qualificação nacional: elementos para uma análise no Estado do Pará

Maria do Carmo Dias (Depto. Sociologia/UFPA)
mcsdias@superiq.com.br

Questões como pobreza, desemprego, geração de trabalho e renda interagem nas políticas públicas compensatórias com expectativa de desenvolverem ações que possam amenizar as conseqüências das transformações decorrentes do projeto neoliberal. Isto porque a flexibilização das relações de produção, possibilitou que o capital acumulasse riquezas sem prescindir do trabalho vivo. Frente a tal realidade brasileira, o Governo Federal criou o Sistema Público de Emprego, o qual se propõe a responder as demandas de um mercado de trabalho em franca transformação e restrição, bem como, ao contingente de pobres e desempregados, sobre a compreensão de que deve existir uma nova ação por parte do Estado que favoreça a inclusão social por meio da geração de trabalho e renda; que promova a redução da taxa de desemprego e o trabalho informal e que se contraponha à queda da renda do trabalhador. Essa política procura mobilizar vários seguimentos organizados da sociedade para interagirem por meio de parcerias.

As políticas de geração de emprego e renda se fundamentam no: a) incentivo ao associativismo e ao cooperativismo com foco no empreendedorismo e/ou no fortalecimento da economia solidária; b) na qualificação e requalificação profissional do trabalhador para ingressar no mercado de trabalho como empregado ou como gestor do seu próprio negócio; c) em linhas de créditos para financiamento dos empreendimentos e d) em outras parcerias. Nessa proposta o Plano de Qualificação Profissional - PNQ - que, por meio dos Planos Estaduais e Territoriais de Qualificação - PlanTeQs deve qualificar e requalificar a População Economicamente Ativa (PEA) para desenvolverem condições de empregabilidade ou criar seu próprio empreendimento que pode ser privado ou coletivo. Esse plano se propõe associar qualificação técnica com qualificação social.

Contudo, as avaliações feitas ao PlanTeQ/Pará, tem demonstrado que essa política não consegue atingir os objetivos a que se propõe: primeiro, porque a qualificação é dada desassociada de uma possível ação de geração de renda dos participantes; segundo, inexistente uma política que articule os egressos em ações concretas de geração de renda, inclusive com financiamento da ação e estratégias de mercado; terceiro, a jornada mínima de 240 horas sem uma metodologia específica focada em ações bem definidas e com presença de um público heterogêneo, torna inviável uma real qualificação e por último, a proposta de qualificação social ainda é mais problemática.

O conteúdo dessa qualificação seria uma crítica à sociedade atual uma vez que este se fundamenta em questões como direitos, cidadania, participação. Mas como se faz isso sem uma inserção concreta desses sujeitos nas lutas sociais e sem educadores engajados que se percebam como sujeitos capazes de contribuir para as transformações sociais? Contudo, se reconhece os limites dessa proposta nos marcos de uma sociedade de classe, mas se essa política atingisse aquilo que se propõe, já seria um grande avanço no sentido da democratização social, o que infelizmente não ocorre.

Geração de Emprego, Renda e Política de Qualificação Nacional: elementos para uma análise no Estado do Pará

Maria do Carmo da Silva Dias*
Grupo Trabalho: Neoliberalismo e Relações de Trabalho

RESUMO: As políticas públicas de geração de trabalho e renda são ações do Estado para favorecer a inclusão social dos trabalhadores. O Plano de Qualificação Profissional - PNQ que, por meios dos Planos Estaduais e Territoriais de Qualificação – PlanTeQs objetiva a qualificação social e profissional com base no desenvolvimento local e na cidadania. O que não vem apresentando os resultados preconizados por essa política. As conclusões deste decorrem de pesquisas realizadas nos relatórios e com representantes de UNITRABALHO, no Estado do Pará.

Introdução

A crise no processo de acumulação/dominação capitalista, pode ser caracterizada, do ponto de vista social, pela verdadeira revolução a que tem submetido todas as esferas da vida humana, tanto no sentido de mobilizar outras formas de organização da produção como de atribuir novos sentidos às já existentes.

A crise atual do capitalismo e suas conseqüências sociais demonstram que os mecanismos que possibilitaram, no período pós-guerra, o capitalismo desenvolver-se, expandir-se e alargar suas fronteiras – a “Era de Ouro do capitalismo ao desmoronar, submeteu seus domínios à instabilidade e crise” (HOBBSAWM, 1998, p. 393), configurando, a partir de então, um novo processo de dominação versus concentração, caracterizado, do ponto de vista das relações de produção, pela reestruturação produtiva, pela flexibilização da produção, por novos padrões de gestão e pela qualidade total.

* Maria do Carmo da Silva Dias. Doutoranda, Faculdade de Educação/ UFMG. Professora de Sociologia Núcleo Pedagógico Integrado, pesquisadora do GESTRADO/FaE/UFMG;

O saldo mais visível do ponto de vista da classe que vive do trabalho foi o crescimento da pobreza, que se generalizou e aprofundou de tal forma, que as suas conseqüências não dizem respeito apenas àqueles a quem falta trabalho, moradia, comida, saúde e escola mas à sociedade como um todo: uma vez que existe uma estrita relação dessa com o crescimento da violência, da insegurança e da marginalidade, que decorrem do desmonte de um modelo de sociedade que se organizou, durante alguns séculos, em torno do trabalho/salário (Castel, 1998).

O emprego oferecia segurança. A esse estava relacionado o status social, o ciclo de relações, as condições de acesso aos bens e riquezas da sociedade. A educação era um elemento de acesso aos empregos e conseqüentemente aos melhores salários. Foi esta certeza que começou a se desagregar nas últimas décadas do século passado, com um saldo de milhões de desempregados.

Essa defasagem entre direito e realidade, ligada à relação de força existente entre classes sociais, aos regimes de acumulação específicos desses países, e a fraqueza dos recursos tribunais/fiscais e parafiscais, tende a se aprofundar com a crise dos anos 80. O setor informal engorda e, com eles, a quantidade dos excluídos da proteção social. Essa engorda, assim como o aumento do desemprego e a queda dos salários, provocam a diminuição sensível dos recursos financeiros do sistema, diminuição essa que ainda é mais grave dado o fato de que, simultaneamente, o número de aposentados aumenta. A fraude e os atrasos de pagamento das contribuições sociais também aumentam. (Salama, 1997: 110).

A crise desse modelo de regulação faz com que a questão social hoje, segundo Castel (1998), seja tanto a da “constituição de uma periferia precária” como a “desestabilização dos estáveis”. Isso porque o desemprego percorre todos os segmentos sociais: empregados qualificados e sem qualificação; trabalhadores maiores de 40 anos e jovens em busca do primeiro emprego, o que significa dizer que homens e mulheres em condições de trabalho estão sendo empurrados para fora dos espaços cada vez mais privilegiados e seletivos dos empregos.

As saídas para a crise originaram um processo de organização do capitalismo, que acarretou a redefinição do papel do Estado, a reestruturação produtiva e o esvaziamento das organizações dos trabalhadores, bem como a

emergência de políticas públicas, articuladas ao Sistema Público de Emprego, o qual tem como um dos eixos a qualificação do trabalhador.

Essas políticas se justificam por várias maneiras isto porque o processo de acumulação capitalista atribui a dinâmica da social marcada de avanços e retrocessos que implica em determinados tipos de sociedades, de homem e de relações de produção. Dessa forma, o confronto, mesmo que sucinto, entre o homem trabalhador da década de ouro do capitalismo que estava empregado, no Estado keynesiano e o homem trabalhador de hoje - desempregado, subempregado, o da era neoliberal - possibilita o entendimento da dimensão dessas transformações, dos compromissos assumidos pelo Estado e pelos segmentos sociais organizados, em criarem alternativas de geração de trabalho e renda e de acesso, por meio de políticas que buscam fazer convergir interesses até então inconciliáveis, como se estivéssemos em frente a um grande pacto social, capaz, inclusive, de superar os antagonismos de classe.

Então, um grande ponto de convergência das iniciativas das políticas públicas está no trabalho, nas formas alternativas de geração de trabalho e renda que podem emergir a margem do trabalho versus emprego versus garantias trabalhistas. Isso porque as políticas de trabalho e renda procuram fomentar iniciativas individuais ou coletivas por meio do autonegócio, de cooperativas populares, da livre iniciativa.

Assim, a política de qualificação do trabalhador proposta pelo Plano Nacional de Qualificação (PNQ) se propõe articular *estratégias das políticas de emprego, trabalho e renda, com política de desenvolvimento econômico e promover a formação do trabalhador por meio da qualificação social e qualificação técnica.*

Contudo as pessoas têm história, têm necessidades que mudam como mudam as sociedades. Então, torna-se interessante compreender o que é proposto pelos governantes em termos de Políticas Públicas de qualificação dos trabalhadores, como essas políticas são postas em práticas e quais os possíveis resultados alcançados.

Este trabalho enfoca o Plano Nacional de Qualificação, Plano Plurianual 2004-2007, especificamente o Plano Territorial de Qualificação – PlanTec-Pará; para isso, identifica as principais proposições do plano e apresenta questões

além das proposições, do ponto de vista concreto da qualificação dos trabalhadores, podendo-se afirmar que o plano não atinge os objetivos a que se propõe, não promovem qualificação técnica, muito menos qualificação social.

Para a realização deste trabalho, tomamos por base os dados das avaliações realizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e realizamos entrevistas com a UNITRABALHO Pará, com o DIEESE e com representantes da Secretaria de Estado e Promoção Social do Estado do Pará-SETEPS.

Reestruturação produtiva e formação do trabalhador

A emergência de pretensos novos paradigmas produtivos implicaram a redefinição do lugar destinado à educação, uma vez que, a partir dos anos 1990, diversos interesses passam a convergir. As razões desses interesses dizem respeito, particularmente, à qualificação do trabalhador, objetivando adaptá-los às inovações tecnológicas¹ ou à qualificação social e técnica, como possibilidade de acesso e empoderamento².

As mudanças no processo produtivo demonstram que o modelo de trabalho que predominou no taylorismo/fordismo, padronizado, seqüencial já não é suficiente para responder às novas exigências do capital, sendo, então, substituído pelo trabalho flexibilizado. Percebe-se, também, que essa transformação possibilitou a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto e colocou novas demandas sociais à classe trabalhadora.

Do ponto de vista da educação, a formação já não toma como questão o emprego, como na época em que predominou a Teoria do Capital Humano, mas o empoderamento, a capacidade de empregabilidade, a emergência de formas individual ou coletivamente gerar trabalho e renda. Isto porque a política de geração de emprego e renda atua por meio: a) do incentivo ao associativismo e ao cooperativismo com foco no empreendedorismo e/ou na economia solidária; b) da qualificação e requalificação profissional do

¹ Essa foi a concepção que perdurou durante o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), 1995 – 2002, que dizia respeito à questão da empregabilidade.

² Esse entendimento faz parte da concepção do Plano Nacional de Qualificação (PNQ), Plano Plurianual – 2004-2007.

trabalhador para ingressar no mercado de trabalho como empregado ou como gestor do seu próprio negócio; c) de linhas de créditos para financiamento dos empreendimentos e d) de parcerias entre todas as instâncias governamentais (federal, estadual e municipal), Sindicato de Trabalhadores, Federações, Empresas, por meio da Responsabilidade Social Empresarial e de Organizações não Governamentais - ONGs.

A base científica que sustenta esses reajustes o faz sobre a promessa de superação dos limites humanos e dos que lhe são impostos pela natureza, isto porque a tecnologia a serviço do capital e do lucro dinamizou o processo produtivo e configurou as relações entre capital e trabalho intensificou a reprodução ampliada do capital criando possibilidades de riquezas nunca antes imaginadas. Contudo, para aqueles que vivem da venda da sua força de trabalho, existem muitas promessas e falsas expectativas, uma vez que o avanço tecnológico e científico não está ao alcance de todos as iniciativas de geração de trabalho e renda, na maioria das vezes precárias, possuem um sobrevida muito efêmera sem mecanismos sustentáveis, para concorrer no mercado.

Ao escrever sobre essas transformações, Sennett (1999) destaca as conseqüências no mundo do trabalho, enfatizando que as críticas à burocracia e aos males da rotina apontam para a flexibilização da produção, segundo a qual o trabalhador deve estar aberto às mudanças e disposto a correr riscos do ponto de vista profissional, o que representa romper com o sentido da carreira profissional.

Para a ideologia neoliberal, a questão do emprego não está associada às questões estruturais do capitalismo, mas à formação profissional dos indivíduos, fazendo-os acreditar que o fato de estarem desempregados ou não saberem engendrar formas alternativas de obtenção de renda diz respeito à falta de *competência, habilidade ou formação*. Esse entendimento despolitiza a questão das mudanças no mundo do trabalho transformando-a em questão pessoa, individual.

a) A proposta do PNQ

Quando proposto, o Plano de Qualificação Profissional – PNQ, Plano Plurianual 2004 – 2007, a ser implantado nos Estados e Municípios por meio dos Planos Estaduais e Territoriais de Qualificação – PlanTeQs, apresentou a seguinte proposição: promover o desenvolvimento com inclusão social, agregando, para isso, estratégias de geração de trabalho e renda com a política de desenvolvimento econômico. A qualificação profissional era indicada como elemento de inclusão social do trabalhador orientando para a promoção de um outro contrato social com base na democratização das relações de trabalho, sendo a economia solidária, o cooperativismo e o crédito facilitado os elementos dessa política. A proposta tinha como eixo à integração e qualificação social e profissional com uma estratégia de integração de política de emprego, trabalho e renda, educação e desenvolvimento. Tendo o PNQ o desafio de promover o empoderamento dos espaços públicos e da gestão participativa e de controle social (Plano Nacional de Qualificação–PNQ, 2003-2007. M T E, Brasília, julho de 2003, p. s/n).

A orientação é a de que essas políticas devem estar associadas aos Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Estados e Municípios, interagindo em conjunto para que as experiências se coadunem e potencializem os esforços, cujo resultado esperado é amenizar a pobreza por meio da inserção do trabalhador no mercado de trabalho e do exercício da cidadania.

Nesse sentido, a qualificação profissional diz respeito tanto à elevação da escolaridade como também à disseminação de tecnologias sociais, autogestão, à qualificação tecnológica e social. Têm como ponte de partida a valorização do local, o reconhecimento de que as comunidades possuem um capital social, econômico e cultural que deve ser desenvolvido, para melhorar as condições de vida dos sujeitos.

O Plano Nacional de Qualificação (PNQ) substituiu o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor), a partir de 2003, sobre outra perspectiva de política pública, que é o desenvolvimento social para além da qualificação para o mercado de trabalho, ou seja, o Plano possui uma perspectiva teórica e política voltada para o desenvolvimento social em detrimento da concepção que priorizava as habilidades técnicas, que foi a marca do PLANFOR.

Para o PNQ, o trabalho é categoria central para compreensão da sociedade, não apenas na concepção do emprego, mas nas suas várias

formas e na sua qualificação, como impulsionadora de novos aspectos do trabalho. Ressalta a ambigüidade dessa política por ser *ao mesmo tempo uma política de geração de trabalho e renda e uma política educacional(...)* e afirma, ainda, que *a política de trabalho e renda deve estar associada à qualificação e mais: estar em interação com as outras políticas públicas de emprego* (Plano Nacional de Qualificação –PNQ, 2003-2007. M T E, Brasília, julho de 2003, p. 12).

Portanto a qualificação profissional tem um grande desafio: oferecer conhecimentos técnicos e sociais que possibilitem às pessoas economicamente ativas interagirem com o seu meio social e gerarem formas de trabalho e obtenção de renda. Prevalece o entendimento de que a educação

(...) seja integral; formas solidárias de participação social e gestão pública; empoderamento dos atores sociais (na perspectiva da sua consolidação como cidadão pleno); qualificação social e profissional; território (como base de articulação do desenvolvimento local); efetividade social; qualidade pedagógica; reconhecimento dos saberes socialmente produzidos pelos trabalhadores. (idem, p.20).

O plano tem como público alvo prioritário que são: os jovens em busca do Primeiro Emprego e os afro descendentes.

b) PlanTeQs/PA – quando os dados não convergem

Como esse projeto foi posto em prática no Estado do Pará? Como se associam políticas de qualificação com política de geração de renda nesse Estado? Como tem sido a participação do movimento social na fiscalização dessa política? Qual o papel dos educadores, o que esses conhecem da proposta e como as põem em prática? São com esses questionamentos que pretendemos dialogar em seguida, sem contudo apresentar repostas conclusivas mas apontar questões, sinalizar limites que podem indicar caminhos para outras pesquisas ou mesmos para gestores dessas políticas.

Os técnicos da Secretaria de Estado e Promoção Social (SETEPS) demonstram que as ações de qualificação do PlanTeQ foram desenvolvidas de acordo com os *Projetos Estratégicos de Desenvolvimento* do governo estadual, isso porque elas devem ser feitas

em cima das reais necessidades do lugar, da área rural. O município, muitas vezes, trabalha com uma realidade desfocada. Então o nosso trabalho tem sido de elaborar o planejamento olhando para o mercado, dando preferência para lugares onde estão sendo instalados as grandes empresas e os grandes empreendimentos. Por exemplo, no caso de Belém, Alça Viária e o Mangal das Garças são projetos visados pela qualificação. Por outro lado existe uma incompatibilidade do tempo de produção, da dinâmica do município com o planejamento do PlanTeQ. Este não atende a demanda emergencial. (fala do técnico da SETEPS,- relatório da UNITRABALHO/2004)

Essa afirmação torna-se questionável frente a outros depoimentos, como o da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), que entendem que o Plano de Desenvolvimento do governo estadual está voltado para as demandas do grande capital e não prioriza as populações mais vulneráveis. Afirmam que *as ações do Estado no campo são políticas do governo federal, a exemplo do PRONERA, implantado através da Universidade Federal do Pará. O governo estadual não olha para o campo. O Mangal das Garças não pode ser considerado como demanda dos trabalhadores, (idem).*

Para o representante do DIEESE/Pará, as políticas públicas de qualificação bem como a de geração de trabalho e renda representam um grande desafio para o Estado. Demonstra que o Estado tem 143 municípios e 400.000 desempregados e ressalta que é muito difícil qualificar para um mercado cada dia mais restrito e exigente.

Ele mostra que o discurso oficial recorre a empregabilidade para mostrar que o investimento em educação é elemento de competitividade e condição para o trabalhador estar preparado para ser inserido no mercado de trabalho. Essa compreensão é muito criticada e as análises mostram que, num mercado em restrição e mutação, ser *empregável* pode significar uma corrida em busca do inexistente, ressalta. Para ele dentre os limites dessa teoria estão os custos da qualificação, que são caros. Questiona como o trabalhador, que está à margem do mercado, pode ter condições de se qualificar? Seria o PNQ capaz de oferecer essa qualificação? A resposta do representante do DIEESE é não.

Ele mostra que no Estado do Pará, no ano 2004, houve um grande crescimento do emprego formal, um saldo positivo de 40.000 novos postos de trabalho, o maior da década. Isso ocorreu como fruto das medidas do governo Lula, para tirar o país das condições em que se encontrava, com o risco país à beira dos 4 pontos e a inflação e os preços subindo. Mas o *Pará não é uma ilha, fazer política em uma região carente, encima de um modelo econômico perverso como o nosso qualquer governo patina* (DIEESE). E continua: o

problema do desemprego persiste, pois embora o Pará seja o 21º. Estado em renda e o 6º. maior exportador do País, 53% da população ganha até dois salários mínimos e a População Economicamente Ativa (PEA) tem até 3,5 anos de escolaridade. É um Estado rico de povo pobre, afirma.

Ele aponta como uma das questões que leva a isso o modelo de desenvolvimento do Estado, baseado no extrativismo, e enfoca a questão da verticalização da produção como um grande problema da região. Mostra que se paga energia subsidiada para a ELETRONORTE, mas que o alumínio é exportado em lingotes e que isso gera poucos empregos (...) *a fabricação de bacias, panelas* etc., que gera mais emprego, acontece lá fora. O Pará importa 85% do que se consome. Ele chama a atenção para a exportação de cupuaçu, açaí e pescado, os quais também, não são beneficiados. Somos os maiores produtores de maniva do Brasil, mas a farinha é cara, declara.

Ao relacionar isso com as políticas públicas de geração de renda, ele se reporta aos micronegócios, às associações e cooperativas e mostra que o desafio é que as políticas públicas tenham uma seqüência: *o produtor tenha acesso ao crédito, produção e venda o seu produto.*

O DIEESE, nas suas análises chama atenção para: a) *o seguro desemprego*; mostrando que esse dura de 3 a 5 meses mas que o desempregado leva, em média, um ano e oito meses para conseguir outro emprego, quando consegue. Então a opção que resta é o mercado informal de trabalho, b) *a intermediação da mão-de-obra*, destacando que o mercado consegue driblar o perfil. O SINE vai ao mercado de trabalho tentar captar vaga; quando consegue, manda três ou mais pessoas do que está sendo pedido e de perfis diferentes (negros, brancos, altos, baixo, gordo, magro), mas a escolha nem sempre leva esse critério em consideração.

A grande inovação do PNQ em relação ao Planfor foi à qualificação social. Essa consiste no *desenvolvimento de condutas que devem agregar o exercício da cidadania, o que significa a expressão da noção de direitos.*(UNITRABALHO/Pará).

Isso implica que os alunos do PlanTeQ deveriam ter acesso a um “saber técnico operacional mas também um saber reflexivo, que permitisse um olhar crítico sobre as condições nas quais estão inseridos como pessoas e como pertencentes a uma determinada classe social” (UNITRABALHO/Pará).

A dimensão social dessa qualificação remete a valores éticos que dizem respeito à participação, solidariedade e engajamento nas organizações sociais. Também apontam para a economia solidária, a qual é entendida como alternativa encontrada pelos trabalhadores para geração de renda e inclusão social.

No que diz respeito à economia solidária, as análises da representação da UNITRABALHO declarou não ter observado nenhuma forma de investimento de capacitação nesse sentido.

A avaliação do PlanTeQ é realizada por meio dos: a) gestores dos governos estaduais e municipais; b) professores das ações de qualificação; c) gerentes de executoras, d) alunos do curso (trabalhadores).

A avaliação apresentou as seguintes questões: Primeiro, as executoras declararam seguir as orientações do Ministério do Trabalho, mas na prática observa-se um distanciamento entre o proposto pelo PNQ e o que é realizado. Dentre as dificuldades salienta-se que, para concorrer à licitação, é preciso que a executora disponha de infra-estrutura que permita bancar os custos do curso até que sejam feitos os repasses pelo MTE.

Eu entendo, mas não atribuo tanta relevância para essa justificativa, para mim a discussão mesmo é da política pública. (...) nas avaliações eu não perco de vista a dimensão estrutural da contradição que perpassa esse processo (...) essa política de qualificação precisa ser percebida dentro dos horizontes, dos limites que as relações capitalistas colocam hoje, para um país como o Brasil (UNITRABALHO).

Segundo, o público-alvo. Em que estão presentes as demandas históricas do movimento social. Tomando o exemplo da etnia, observa-se que os cursos oferecidos não contemplam os objetivos que motivaram as demandas. *“Quando se vai avaliar e se pergunta que relação ele faz de um curso como esse, do conteúdo que foi discutido, com o racismo no Brasil e o aluno diz que isso não foi trabalhado... isso pra mim é importante para a avaliação...”* (UNITRABALHO)

Nesse sentido, chama atenção a atuação do movimento social. Esse demanda a ação, mais não a supervisiona, deixando de *dar a devida contribuição para essa política enquanto interlocutores críticos (...)* eles não acompanham as ações (UNITRABALHO).

A impressão que se tem é a de que existe certa expectativa implícita na sociedade de que os problemas sociais serão resolvidos pelo Estado por meio das políticas públicas. O que não corresponde à realidade. Contudo, não se deve perder de vista a precariedade das respostas do Estado se forem levadas em consideração as demandas sociais e como o Estado se apropria dessas demandas na esfera do planejamento governamental, tanto no sentido de responder a elas como também de manter a imagem favorável do governo. Entretanto a complexidade histórica tem demonstrado que o Estado se move na relação com os interlocutores organizados, sendo que as análises apontam que *os representantes dos trabalhadores não têm contribuído significativamente para um processo de reavaliação da política* (UNITRABALHO).

Assim, a entrevista da UNITRABALHO denuncia a unidade de discurso entre o discurso do estado e o dos representantes dos trabalhadores que fazem parte dos conselhos, *(...) há sintonia de discurso entre os conselheiros e o representante do governo do Estado (...)* UNITRABALHO.

Terceiro, o público que frequenta os cursos. A divulgação é feita pelas executoras e pelo SINE, a pessoa faz o curso, muitas vezes, para ocupar o tempo, porque ficou sabendo.

Quarto, percebeu-se pelas entrevistas e relatório do PNQ que os educadores conhecem as propostas do PNQ, mas também as entrevistas indicam que a maioria desses priorizam a qualificação técnica, *“é difícil contribuir no processo educativo de reversão de valores (...) quando você encontra educadores que não se vêem sujeitos desse processo. Não se vêem como alguém que precisa contribuir para que determinadas relações possam pelo menos ser questionada”* (UNITRABALHO).

Quinto, ao se questionar sobre o financiamento de empreendimentos eventualmente criados pelos egressos, as declarações obtidas são de que não existem registros que dêem conta de responder a essa indagação. Também se desconhece o percentual de organizações para a geração de trabalho e renda de caráter coletivo ou mesmo privado que os cursos possam ter ajudado a criar.

Por último, no que se refere ao acompanhamento de egressos, que pode fazer parte da *dimensão operacional do programa, num sistema*

integrado de planejamento, avaliação e acompanhamento de egressos (...) não se dispõe ainda de dados que permitam uma avaliação de egressos, que indiquem as contribuições do PNQ na inserção desses no mercado de trabalho. Consta que algumas executoras possuem um banco de emprego e procuram manter informações sobre os egressos enquanto outras os encaminham para o SINE.

Do ponto de vista da SETEPs, destaca-se o atraso no repasse das verbas por parte do M TE; os recortes feitos nos planejamentos, que reduzem o número de municípios; e os esforço em atender às demandas dos municípios que possuem menos IDH.

Considerações finais

Este trabalho se propôs a perceber: a) a forma como é posta em prática a política de qualificação profissional no Estado do Pará e b) a articulação dessa com as políticas públicas de geração de trabalho e renda nesse Estado.

As respostas a essas questões não são simples. Primeiro porque a dimensão social da qualificação, que é a marca do PNQ - que aponta o trabalho como elemento de integração e identidade e status social dos indivíduos, portanto condição necessária para o exercício da cidadania -, está articulada com as estratégias do governo para enfrentar problemas que são históricos e que estão imbricados com o lugar ocupado pelo país no modelo de sociedade vigente e que também se relacionam com interesses diversos, dentre esses os partidários, o que pode servir para que se tenha cursos que atendam muito mais a interesses dos representantes políticos locais que da população associada ao plano de desenvolvimento local;

Segundo, pela complexidade do momento social, marcado por rupturas com as formas de atuação dos movimentos sociais, com a aparente construção de um pacto social que tem por base um falso consenso, fazendo com que se percam, muitas vezes, as referências nas lutas pela transformação da sociedade;

Terceiro, a proposta de desenvolvimento social requer a fusão entre habilidades sociais e técnicas, mas isso se depara com algumas barreiras, como: o imediatismo imposto aos trabalhadores que buscam esses cursos

como resposta ao desemprego (os trabalhadores, na grande maioria, procuram os cursos porque querem um emprego); a baixa escolaridade; a ausência de seqüências nas políticas e precário exercício da cidadania;

Quarto, os desafios que caracterizam os empreendimentos sociais e coletivos, tais como competitividade, qualidade da produção, trabalho em associação ou cooperativa;

Quinto, a ausência de diagnósticos específicos que apontem as necessidades reais das comunidades e indiquem os caminhos a serem traçados por políticas locais que se complementem;

Sexto, as dificuldades (burocracia) para ter acesso ao Projeto de Desenvolvimentos Sustentável do Governo do Estado do Pará.

Conforme as questões levantadas acima, a qualificação profissional proposta pelo PNQ, de modo geral, tem sido insatisfatória, não apresentando os resultados esperados.

Contudo isso não significa dizer que o PNQ não possa assumir um papel importante na sociedade, bem ao contrário, entende-se que falta mais visibilidade às ações; mais críticas propositivas; mais acompanhamento dessas políticas pelo movimento social, porque, em termos de proposta, o PNQ significou um grande avanço tanto no que se refere ao PLANFOR, como, e principalmente, ao processo de democratização da sociedade brasileira. Mas é necessário sair do lugar confortável da proposição para as turbulências da ação.

Essa avaliação também se deparou com :1) a dificuldade de acesso a dados, 2) a impressão de que se criou um certo consenso em torno da política de qualificação fazendo com que a *comissão tripartite falasse a mesma linguagem.*; 3) a utilização por parte de representantes do governo, de educadores e executoras, de expressões como empregabilidade, empoderamento e capital social de maneira consensual, que não demonstram um entendimento crítico. Essas expressões são muito imprecisas e apaziguadoras e podem não servir aos interesses dos que procuram elaborar uma crítica destrutiva/construtiva de um projeto de sociedade desigual e excludente. 4) Que as políticas sociais têm limites que são próprios do modelo da sociedade, mas que **não é realizado nem o que a política de qualificação se propõe.**

BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, S.H. (1998) *Política social e combate à pobreza: a teoria da prática*. In: ABRANCHES, S.H.; SANTOS, W.G. e COIMBRA, M. *Política social e combate à pobreza*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar..

CASTEL, R. (1999) *As metamorfoses da questão social: uma crônica da questão social*. Petrópolis: Vozes,

HOBSBAWM, Eric J. (1995) *Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras.

Plano Nacional de Qualificação (2003) –PNQ, 2003-2007. *M T E*, Brasília, julho de 2003, p. 12.

SALAMA, P. & VALIER, J. (1997) *Pobrezas e desigualdades no terceiro mundo*. Cap. 4 São Paulo: Nobel.

WEBER, M. (1978) *Coleção os Pensadores*, São Paulo. Abril Cultural.